



COMUNCIADO AO MERCADO

JBS Anuncia a Reabertura das Notas com Vencimento em 2023 e Precificação de US\$275,0 Milhões

A JBS S.A. (JBSS3, “Companhia”), a maior empresa de proteína do mundo, comunica a seus acionistas e ao mercado em geral que realizou ontem a reabertura das Notas com Vencimento em 2023, conforme anunciado ao mercado em 30 de janeiro de 2013, e precificou a oferta de títulos de dívida (6,25% senior unsecured notes due 2023) no valor total de US\$ 275 milhões, cupom e taxa de retorno (yield) de 6,25% (“Notas”), através de sua subsidiária integral na Áustria, a ESAL GmbH (JBS Áustria), no âmbito de uma oferta realizada nos termos da Rule 144A e da Regulation S. As Notas serão garantidas pela JBS S.A. e pela JBS Hungary Holdings Kft.

A taxa de retorno (yield) de 6,25% é ainda melhor à emissão anterior e inédita para a Companhia. Houve uma sobredemanda de aproximadamente 3 vezes para as Notas.

A emissão contou com os ratings BB pela Standard & Poors e BB- com perspectiva estável pela Fitch Ratings, perspectiva esta que foi alterada pela Fitch Ratings de negativo para estável nessa semana.

A JBS pretende utilizar os recursos da oferta para estender seu perfil de dívida, através do refinanciamento de parte de sua dívida de curto prazo e também para fins corporativos em geral.

A conclusão dessa emissão representará melhora do perfil de endividamento da JBS, reduzindo o custo financeiro e trazendo, dessa maneira, um maior valor a seus acionistas.

São Paulo, 9 de abril de 2013.

Jeremiah O’Callaghan
Diretor de Relações com Investidores

As Notas não foram registradas sob o Securities Act de 1933, ou quaisquer valores mobiliários leis estaduais e não podem ser oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos sem registro ou isenção aplicável dos requisitos de registro do Securities Act de 1933 e as leis estaduais aplicáveis.

Esse anúncio não é uma oferta de venda, nem uma solicitação de compra das Notas ou qualquer outro valor mobiliário e não deve ser considerado uma oferta, solicitação ou venda em nenhum estado ou jurisdição em que tal oferta, solicitação ou venda esteja em desacordo com as leis de valores mobiliários ou lei blue sky.